



TAURUSTM

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 28 de abril de 2017

Horário: 13h

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Publicação em 24 de março de 2017

Reapresentação em 25 de abril de 2017

Sumário

I. INTRODUÇÃO.....	2
II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE.....	3
III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	4
IV. CONVITE	5
V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS	6
VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA...	9
VII. ANEXOS.....	20
ANEXO A.....	21
MODELO DE PROCURAÇÃO	21
ANEXO B	23
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	23
ANEXO C	59
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	59
ANEXO D.....	60
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017.....	60
ANEXO E	61
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	61
ANEXO F	66
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	66
ANEXO G.....	74
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	74
ANEXO H.....	90
DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS.....	90
ANEXO I	91
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.....	91
ANEXO J	92
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA	92

I. INTRODUÇÃO

A presente Proposta da Administração (“Proposta” ou “Manual”) foi elaborada pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2017 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de março de 2017.

II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

Temos a satisfação de apresentar-lhes este Manual, preparado com o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, a qual será realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), bem como pela Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481") e suas alterações.

Informamos que, para instalação de cada Assembleia, será necessário um quórum de, pelo menos, 25% do capital votante da Companhia. Caso qualquer quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará apenas a instalação da Assembleia Ordinária ou a nova data para a realização das Assembleias em segunda convocação. Nessa ocasião, a Assembleia Ordinária poderá ser instalada com a presença de, pelo menos, um acionista.

A este respeito, os melhores esforços serão envidados para que a Assembleia se instale e se realize em primeira convocação e, para tanto, a sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente, visto que participamos do Nível 2 de Governança Corporativa.

Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia.

Atenciosamente,

Marco Aurélio Salvany

Diretor Presidente

III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com muita satisfação que convido os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Forjas Taurus S.A., convocada para o dia 28 de abril de 2017, às 13h, na sede da Companhia, localizada na Avenida São Borja, 2181 – São Leopoldo/RS – Brasil. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão descritos no Edital de Convocação e neste Manual. Por favor, leia-os com atenção.

Seu voto é muito importante para a Companhia, pois passamos por um forte processo de reestruturação e estabelecemos uma nova base de crescimento, englobando novos processos operacionais, financeiros, de gestão, além de uma nova linha de produtos altamente competitivos. Dessa forma, a Companhia ingressa em uma nova fase neste ano de 2017.

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria da Companhia e auditores independentes, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Contamos com sua presença!

Obrigado por sua atenção,

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

IV. CONVITE

DATA: 28 de abril de 2017

HORÁRIO: 13 horas

LOCAL: Sede Social da Companhia

ENDEREÇO: Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS – Brasil

MATÉRIAS: Em Assembleia Ordinária:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2017;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2017;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017; e
- (vii) alterar, em decorrência dos aumentos de capital aprovados em Reunião de Conselho de Administração referentes aos exercícios de bônus de subscrição lançados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015, do artigo 5º do Estatuto Social, o qual passará a ter a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;
- (iii) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e
- (iv) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinada a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Observações:

(1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iv” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como o advogado da Companhia, o Dr. Marcelo Bervian, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins

do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos por e-mail para ri@taurus.com.br, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos, as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 23.03.2017, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009 estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), tendo sido disponibilizados após o pregão do dia 24 de março de 2017.

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

A Companhia deve promover a realização de uma Assembleia Ordinária anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme disposto no Artigo 132 da Lei das S.A. e no Artigo 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;

As contas dos administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu

Conselho de Administração. Após a opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são por fim submetidas à Assembleia.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O Relatório da Administração contém, ainda, informações relacionadas à responsabilidade ambiental, mercado de capitais, governança corporativa, dentre outras.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento foi elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por seis documentos, a saber:

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (iii) Demonstração do Resultado Abrangente;
- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- (v) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- (vi) Demonstração do Valor Adicionado.

Ademais, as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento, ao indicar os seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para

encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o valor de elementos do ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício, se existente;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores, se existentes; e
- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Para fins de cumprimento do art. 133 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas nesta data, 24 de março de 2017, a seguinte documentação:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;

- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2017;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e
- (ix) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no *website* da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção do documento constante do item “ix” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo B.

Ainda sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia informa que, em linha com o processo de harmonização das práticas contábeis internacionais, a Companhia adotou integralmente os dispositivos das Leis n.º 11.638/2007 e Lei 11.941/2009. Neste mesmo sentido, todos os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos de 2008 a 2016 foram igualmente adotados quando aplicáveis à Companhia.

Ademais, a Administração da Companhia informa que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditados pelos Auditores Independentes, KPMG (vide item “VI.1.B – Auditoria pelos Auditores Independentes” abaixo), previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Pelo exposto, a Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente todos os documentos disponibilizados, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Auditoria pelos Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente, registrado na CVM, estando os auditores independentes sujeitos a rodízio obrigatório a cada cinco anos. As Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2016 foram auditadas pela KPMG, que substituiu a E&Y, responsável por auditar as demonstrações financeiras anteriormente.

Após a verificação dos registros da Companhia, a KPMG emitiu parecer aprovando sem ressalvas as Demonstrações Financeiras.

Data Base das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras compreendem o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2016 e encerrado no dia 31 de dezembro de 2016, levando em conta os Eventos Subsequentes, de acordo com a CPC 24.

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2017;

De acordo com o previsto no art. 196 da Lei das S.A., no art. 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 001/2017, a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A esse respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo D do presente Manual para o exercício de 2017 e suas fontes de recursos.

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2017;

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, o art. 13 do Estatuto Social da Companhia prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o art. 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores.

O Anexo G traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2017, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

Para o exercício de 2017, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 7.342.243,65 (sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e

quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 3.510.000,00 (três milhões, quinhentos e dez mil reais), mais a remuneração variável de até R\$ 2.632.500,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 38.743,65 (trinta e oito mil, setecentos e quarenta e três centavos e sessenta e cinco centavos), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais).

(iv) *eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;*

O Conselho de Administração é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas na Seção II do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por cinco membros efetivos, eleitos pela Assembleia Ordinária, todos com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada por meio de dois sistemas de votação, quais sejam:

(i) votação por chapa; ou

(ii) processo de voto múltiplo.

(iv) - A. Votação por Chapa

A votação por chapa é o sistema ordinário de eleição de membros do Conselho de Administração. Nesse caso, vota-se em bloco para todos os cargos e o grupo que obtiver a maioria dos votos da assembleia torna-se vitorioso e todos os cargos do conselho são preenchidos pelos membros integrantes de sua chapa.

(iv) - B. Processo de Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao Acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, sendo que todos acionistas votam simultaneamente.

(iv) - C. Legitimados e Prazo para Requerer a Adoção do Voto Múltiplo

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, desde que o façam por pedido escrito, à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral.

(iv) - D. Votação em Separado

Além da utilização do processo de voto múltiplo, no caso de companhias com Acionista Controlador definido, a lei garante o direito de exigir a realização de uma votação separada para eleição de um membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de Acionistas: (i) minoritários titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Ordinária que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% do capital social com direito a voto; e (ii) Acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia Ordinária, que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% do capital social total.

O acionista controlador não participa dessa votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de minoritários presentes que desejem participar dessa votação.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agrupar suas ações e eleger, conjuntamente, um membro efetivo do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social total.

Somente poderão exercer o direito a votação em separado os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Ordinária.

(iv) - E. Eleição que Cumule o Processo de Voto Múltiplo com o Voto em Separado

Importante notar que tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma assembleia geral. Assim, o Acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em votação em separado. Porém, um Acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. garante a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% das ações com direito de voto o direito de eleger um membro a mais do Conselho de Administração do que os demais Acionistas (§ 7º do art. 141 da Lei das S.A.). Para tanto, o Acionista Controlador poderá eleger conselheiros além do número máximo de Conselheiros previsto no Estatuto Social.

(iv) - F. Candidatos Indicados pela Atual Administração da Companhia

O Anexo E traz a lista dos candidatos indicados ou apoiados pela Atual Administração da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481, com a inclusão dos itens 12.5 a 12.10 do FRE – Formulário de Referência.

(v) *eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;*

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, três, e, no máximo, cinco membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes ocorre da seguinte forma:

(i) os acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal; tendo igual direito os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

(ii) os demais acionistas com direito a voto presentes na Assembleia Ordinária terão o direito de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item anterior, mais um.

O Acionista ou o grupo de Acionistas que desejar indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente deverá comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Instrução CVM 481.

O Anexo F contém as informações sobre os candidatos indicados pela atual Administração da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481 e/ou indicados por acionistas não controladores, em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, para o Conselho Fiscal conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

(vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017;

Conforme previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo G traz, ainda, proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a saber: remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$ 585 mil.

(vii) alteração, em decorrência dos aumentos de capital aprovados em Reunião de Conselho de Administração referentes aos exercícios de bônus de subscrição lançados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015, do artigo 5º do Estatuto Social, o qual passará a ter a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

Conforme as condições estabelecidas no aumento de capital aprovado da Assembleia geral de acionistas em 29 de setembro de 2015, foi atribuída como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação emitida no referido Aumento de Capital, 1 (um) Bônus de Subscrição de emissão da Companhia, os quais tiveram seu vencimento em 30.01.2017. Os exercícios de Bônus foram aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 06.01.2016, 02.06.2016, 27.06.2016 e 31.01.2017.

No anexo I encontra-se a proposta de alteração no Estatuto Social, bem como a justificativa e análise dos efeitos jurídicos e econômicos da alteração, conforme art. 11 da Instrução CVM 481.

VII. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado. No Anexo J, os Senhores Acionistas poderão encontrar, ainda, a indicação do local em que as demais informações e documentos exigidos nos termos da regulamentação aplicável e não apresentados neste Manual encontram-se disponíveis.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Anexo A	MODELO DE PROCURAÇÃO	-
Anexo B	COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	Artigo 9º Inciso III da Instrução CVM 481, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.
Anexo C	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481
Anexo D	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017	Artigo 196 da Lei das S.A. e Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 001/2017.
Anexo E	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Artigo 10 da Instrução CVM 481 e itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo F	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	Artigo 10 da Instrução CVM 481 e itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo G	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	Artigo 12 da Instrução CVM 481 e item 13 do Formulário de Referência.
Anexo H	DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS	Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481.
Anexo I	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO ART 5º DO ESTATUTO SOCIAL	-
Anexo J	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	-

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 24 de março de 2017.

MARCO AURÉLIO SALVANY

Diretor Presidente

THIAGO PIOVESAN

Diretor Vice-Presidente Administrativo
Financeiro e Relações com Investidores

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Dr. Marcelo Bervian, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS n.º 36.186, CPF 590.626.300-49, com endereço profissional na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Ordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2017, às 13h, na sede social da Companhia, na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Ordinária:

(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2017.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2017.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

() Aprovação – Candidato(s) _____ () Desaprovação () Abstenção

(v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.

(☐) Aprovação – Candidato(s) _____ (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(vii) alterar, em decorrência dos aumentos de capital aprovados em Reunião de Conselho de Administração referentes aos exercícios de bônus de subscrição lançados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015, do artigo 5º do Estatuto Social, o qual passará a ter a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2017

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Seguem abaixo os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros, bem como os indicadores de liquidez referente aos três últimos exercícios:

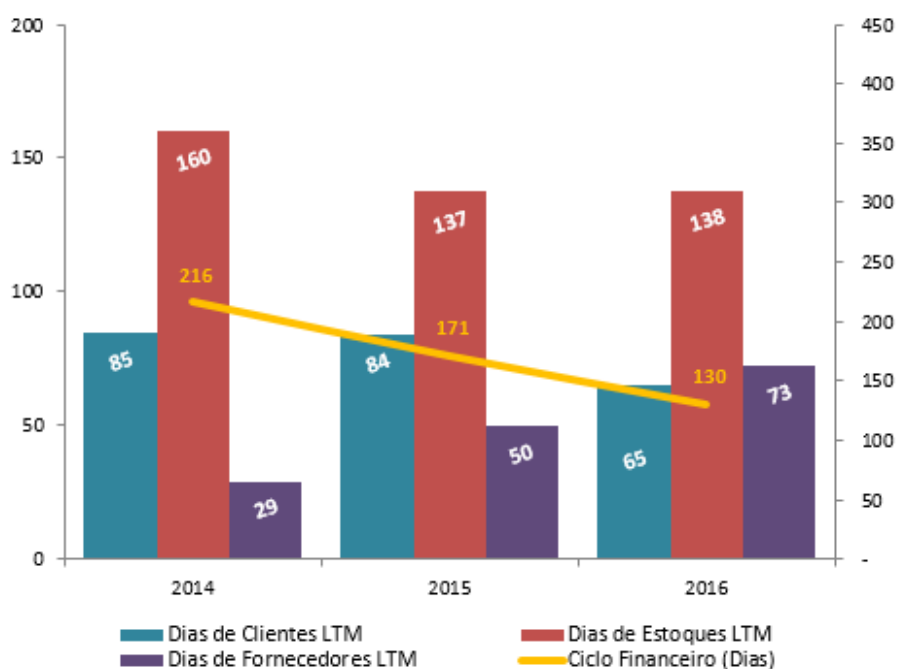
Indicadores	2016	2015	2014
Margem Bruta	23,3%	29,4%	23,9%
Margem Operacional	-11,8%	-7,4%	-15,7%
Margem Líquida	-12,4%	-30,8%	-31,3%
Liquidez Geral	110,7%	94,4%	105,6%
Liquidez Corrente	122,4%	73,7%	102,4%
Liquidez Seca	59,1%	46,1%	66,7%
Liquidez Imediata	6,9%	7,5%	18,6%
Perc. Cap Próprio	-19,2%	-5,9%	5,3%
Perc. Cap de Terceiros	119,2%	105,9%	94,7%

ENDIVIDAMENTO

Em milhões de R\$

ENDIVIDAMENTO		Dez/2016 (A)	Dez/2015 (B)	Dez/2014 (C)	A x B	A x C
Curto Prazo	Empréstimos e Financiamentos	26,6	212,7	258,9	-87,5%	-89,7%
	Debêntures	0,4	94,9	15,9	-99,6%	-97,5%
	Adiantamento de Recebíveis	6,1	54,6	33,7	-88,8%	-81,9%
	Saques Cambiais	28,1	191,9	57,9	-85,4%	-51,5%
	Instrumentos Financeiros	0,5	-6,0	-12,2	-108,3%	-104,1%
	TOTAL CURTO PRAZO	61,7	548,1	354,2	-88,7%	-82,6%
Longo Prazo	Empréstimos e Financiamentos	573,1	199,2	231,8	187,7%	147,2%
	Debêntures	68,0	33,0	109,9	106,1%	-38,1%
	TOTAL LONGO PRAZO	641,1	232,2	341,7	176,1%	87,6%
DÍVIDA TOTAL		702,8	780,3	695,9	-9,9%	1,0%
Disp. e Aplicações Financeiras		29,9	94,9	159,8	-68,5%	-81,3%
Endividamento Líquido		672,9	685,4	536,1	-1,8%	25,5%

Dias de Clientes, Estoques e Fornecedores



2014: As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram de R\$ 159,8 milhões em 31/dez/14, 24% abaixo do saldo de R\$ 210,2 em 30/set/14 e 43% inferiores aos R\$ 281,1 milhões de 31/dez/13, remunerados em grande parte por taxas que variam entre 98% e 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo totalizaram R\$ 695,9 milhões em 31/dez/14, o que significa uma redução de 3% sobre a posição de 30/set/14 e de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior, em linha com a política de adequação do nível de caixa, visando liquidar passivos mais onerosos, porém também em função dos vencimentos programados de parte do endividamento. Desta forma, a dívida líquida após as disponibilidades ficou em R\$ 536,1 milhões, representando um aumento de 5% sobre o saldo em 30/set/14 e estável em relação a 31/dez/13.

As debêntures totalizaram R\$ 125,8 milhões em 31/dez/14, somando a 2ª e a 3ª emissões. Entre 2010 e 2014, a Taurus emitiu três séries de debêntures de R\$ 103 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 1ª emissão, realizada em abril de 2010 cuja taxa era de DI + 4,1% e saldo de R\$ 15,7 milhões foi liquidado em abril de 2014;
- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui sete parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 27,3 milhões em 31/dez/14; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e *covenants* financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, e colabora com o processo de alongamento da dívida, com saldo de R\$ 98,5 milhões em 31/dez/14.

Ao longo de 2014, a Companhia realizou assembleias com debenturistas da 2ª e 3ª emissão para deliberar pelo não vencimento antecipado (*waiver*) face quebra dos índices financeiros e alteração do controle acionário da Taurus decorrente do aumento de capital. A Companhia obteve sucesso nas negociações refletindo na posição financeira a adequada classificação do vencimento das dívidas.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava R\$ 354,2 milhões de dívidas financeiras de curto prazo, ao passo que suas disponibilidades e aplicações financeiras, no mesmo período, somavam R\$ 159,8 milhões. A equalização e reestruturação dos vencimentos de parte relevante da dívida de curto prazo, é fator importante para viabilizar o processo de retomada do crescimento e a operação da Companhia no exercício de 2015.

2015: As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R\$ 159,8 milhões de Dez/14.

O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R\$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização

cambial sobre as dívidas denominadas em Dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R\$ 685,4 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

A Taurus possui em circulação duas séries de debêntures de R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui três parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 11,7 milhões em 31/dez/15; e
- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e covenants financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, com saldo de R\$ 116,1 milhões em 31/dez/15.

Em 2015, foram realizadas negociações com as principais instituições credoras da Companhia, que culminaram, em fevereiro de 2016, com a conclusão do processo de coleta de assinaturas à Proposta Indicativa de Empréstimo não vinculante com o objetivo de promover o alongamento de parte significativa da dívida da Companhia.

O ciclo financeiro da Companhia apresentou redução de 45 dias em 2015 em relação à 2014. É importante destacar a maior eficiência na gestão de estoques da Empresa, cujo prazo caiu 23 dias em 2015 em comparação à 2014, em um momento de crescimento significativo de produção, evidenciando uma evolução no giro de estoque da Companhia.

O prazo de pagamento a fornecedores, que passou de 29 dias em 2014, para 50 dias em 2015, também contribuiu para a redução do ciclo financeiro da Companhia. Destacam-se as melhores negociações com fornecedores visto o aumento de produção, justamente em um momento de mercado quando foi percebida contrações em diversas áreas do setor industrial no país.

2016: Em dez/16, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 702,8 milhões, 9,9% abaixo dos R\$ 780,3 milhões registrados em dez/2015. As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 29,9 milhões em dez/16, montante 68,5% inferior aos R\$ 94,9 milhões de dez/15. Assim, o endividamento líquido da Companhia recuou 1,8% em dez/16 em comparação à dez/15, registrando R\$ 672,9 milhões.

Com relação ao reperfilamento de dívida:

- Cerca de R\$ 520 milhões em dívida com vencimento no curto prazo migram para o longo prazo.

- Parte da dívida vinculada a Reais passa a estar vinculada a Dólares norte americanos, assim, a dívida vinculada à moeda estrangeira passou de cerca de 70% para, aproximadamente, 86%;
- A 3ª emissão de debêntures foi incluída no reperfilamento da dívida, sendo que 50% de sua composição passa a compor a linha de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, e as 50% remanescentes seguem como debêntures.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

2014: A Companhia encerrou 2014 com 177.584.427 ações emitidas, sendo 92.832.547 ações ordinárias e 84.751.880 ações preferenciais. Cabe ressaltar que, em AGE de 19 dezembro de 2014 foi aprovado um grupamento de ações à razão de onze ações de cada espécie (ON e PN), para uma da respectiva espécie. Desta forma, a partir de 20 de janeiro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais passaram a ser negociadas de forma agrupada e com cotação unitária na BM&FBOVESPA.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 5,32% recursos próprios e 94,68% de terceiros em 2014. A estratégia da Companhia será a busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando em médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia. A recomendação da Administração para chamada de novo aumento de capital visando readequar esta relação deve ocorrer ao longo do ano de 2015.

2015: Em 31 de dezembro de 2015, a quantidade de ações em circulação era de 40.448.248 ações, divididas em 27.446.627 ações ordinárias e 13.001.621 ações preferenciais. Cabe destacar que Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício de Bônus de subscrição do acionista controlador Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) no valor de R\$ 11.701.400,00, assim, a partir dessa data, a quantidade de ações da Companhia passou a ser de 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais.

A Companhia fechou 2015 com um passivo a descoberto no valor de R\$ 60,1 milhões. Para a reversão desse quadro, a Companhia vem trabalhando em seu plano de reestruturação corporativa, envolvendo aspectos operacionais, financeiros e de gestão. Dentre as principais iniciativas deste plano vale destacar a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, implementação do sistema ERP SAP e o reperfilamento da dívida. Estas iniciativas proporcionarão uma melhora na captura de sinergias, maior produção, e melhora na geração de caixa da Companhia.

2016: Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R\$ 29.241.726,44, os quais foram aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. O capital social da Companhia, em 31.12.2016, era de R\$393.977.026,09 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e seis reais e nove centavos), representado por 58.278.569 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 44.642.459 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

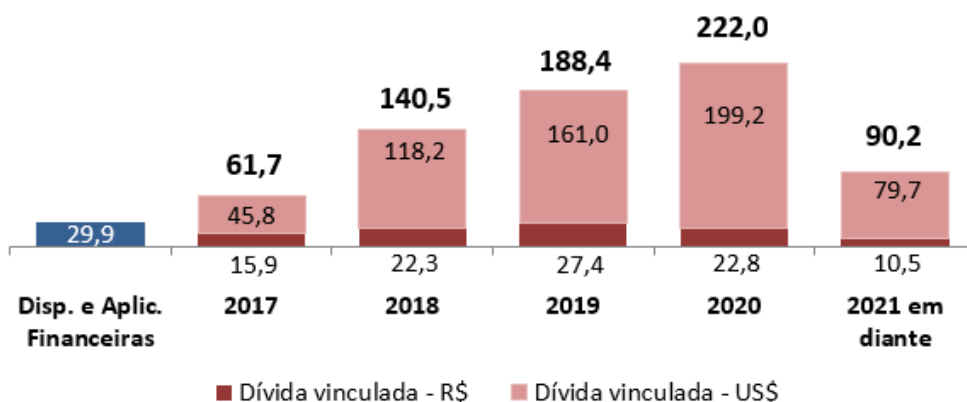
A Companhia fechou 2016 com um passivo a descoberto no valor de R\$ 171,9 milhões. Com a conclusão do processo de reperfilamento de dívida, a Companhia dedicará seus esforços no refinamento de sua operação e geração de caixa de modo a reverter este quadro.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2016 disponibilidades e aplicações financeiras que somaram R\$ 29,9 milhões. Já o endividamento bruto da Companhia, em 2016, ficou em R\$ 702,8 milhões, conforme cronograma abaixo. A gestão do caixa em 2016 ainda foi bastante desafiadora, tendo a Administração concluído, em dezembro de 2016, o alongamento de US\$150,7 milhões. Este movimento foi de grande importância para o apoio na capacidade e condições da Companhia de honrar com os compromissos financeiros assumidos. As fontes de recursos estão concentradas na busca pela geração de caixa operacional e no alongamento de determinados vencimentos de dívidas do curto prazo neste ano de 2017.

Cronograma da Dívida em 31.12.2016

Valores em milhões de R\$



d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio (ACC e PPE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Embarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, quando disponíveis, bem como recursos próprios.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Todavia, em 2016 a Companhia incorreu em certa inadimplência junto à obrigações com fornecedores, situação que está prevista para regularização em 2017.

Em 2016, a Companhia readequou os prazos de vencimento de suas dívidas como forma de equilibrar com a posição da dívida líquida e seu cronograma de vencimento. A principal fonte de recursos para o atendimento dos compromissos de 2017, incluindo o pagamento de vencidos junto à fornecedores, está na geração de caixa operacional projetada da Companhia e no alongamento de determinadas dívidas de curto prazo.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela Companhia e suas controladas estão demonstrados nas notas explicativas 17 – Empréstimos e financiamentos, 18 – Debêntures e 21 – Partes relacionadas, anexas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2016.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Os contratos, ainda, determinam a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes (em 2017 e 3,0x a partir de 2018) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

							Consolidado
				2016		2015	
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil	
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$ CDI + 2,42 a 3,00% a.a.	2018	2.500	1.253	35.000	23.532	
FINAME	R\$ 2,50% a 8,70% a.a.	2021	8.515	2.284	8.515	4.272	
FINPE	R\$ 4% a 5,25% a.a.	2020	14.095	8.348	64.240	23.059	
BNDES	R\$ 3,50% a.a.	2020	9.995	7.675	9.995	9.678	
FNE	R\$ 9,50% a.a.	2019	9.806	4.232	9.806	5.641	
Adiantamento de recebíveis	R\$ 24,60% a.a.	2017	6.136	6.136	54.589	54.589	
Adiantamento de câmbio	USD 9,80% a.a.	2017	28.065	28.065	191.948	191.948	
Capital de giro	USD Libor + 1,55% a 5,6% a.a.	2021	499.162	490.990	106.400	154.932	
Capital de giro	USD 3,05% a 5,20%	2016	-	-	25.037	47.923	
Capital de giro	USD 80% a 100% do CDI a.a.	2019	65.072	65.466	31.390	106.183	
Investimentos	USD 5,33% a.a.	2021	6.035	15.652	6.035	19.712	
Investimentos	USD Libor + 2,25% aa	2021	1.731	3.768	1.731	4.796	
FINIMP	USD Libor + 2,53% a 6,0905%	2016	0	0	4.178	11.889	
Dell financing	USD Custo 0%	2016	0	0	201	225	
Total				633.869		658.379	
Passivo circulante				60.757		459.193	
Passivo não circulante				573.112		199.186	

							Controladora
				2016		2015	
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil	
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$ CDI + 2,42 a 3,00%	2018	2.500	1.253	35.000	23.532	
FINAME	R\$ 2,50% a 5,50%	2021	2.304	1.139	2.304	1.626	
BNDES	R\$ 3,50%	2020	9.995	7.675	9.995	9.678	
Adiantamento de recebíveis	R\$ 24,60%	2017	354	6.136	969	969	
Adiantamentos de câmbio	USD 9,80%	2017	27.931	28.065	191.948	191.948	
Capital de giro	USD Libor + 3,41 a 5,60%	2021	424.162	422.898	31.400	89.313	
Capital de giro	USD 3,05% a 3,91%	2016	-	-	21.891	47.492	
Capital de giro	USD 85% a 100% do CDI	2019	65.072	65.466	31.390	106.183	
FINIMP	USD Libor + 2,23% a 4,41% aa	2016	-	-	3.170	7.879	
Total				532.632		478.620	
Passivo circulante				54.567		386.085	
Passivo não circulante				478.065		92.535	

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de formalização e assinatura dos contratos para captação de recursos com o objetivo de realizar o reperfilamento de dívidas com determinadas Instituições Financeiras, bem como de sua 3ª emissão pública de debêntures.

Os termos da Operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor de US\$ 150,7 milhões. O prazo total da Operação passa a ser de 5 (cinco) anos, com 2 (dois) anos de carência para início do pagamento do principal. A amortização do principal ocorrerá com pagamentos trimestrais, sendo iniciados ao final do 24º mês (inclusive). Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e trimestralmente após este período.

A Operação foi constituída com as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (“Alienação Fiduciária”); (ii) hipoteca de 1º grau de 03 imóveis localizados em Mandirituba/PR, e 02 imóveis localizados em Porto Alegre, RS (“Hipoteca”); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os instrumentos de financiamento da Companhia preveem, em sua maioria, o vencimento antecipado de suas obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. Além disso, o instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida assinado de dezembro/2016, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes (em 2017 e 3,0x a

partir de 2018) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018, onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes, tendo como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhadas com os credores da operação de garantia internacional e credores de debentures.

Referida operação de reperfilamento inclui ainda restrições para contratação de dívidas, com garantias reais, sem a prévia autorização dos credores da operação.

A administração da Companhia e de suas controladas monitoram estes índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 17 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas, em grande, parte integralmente.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Seguem os comparativos entre 2014, 2015 e 2016. A seguir, são destacadas, em milhares de reais, as principais alterações comparativas dos principais grupos do balanço patrimonial, da demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL	2014	2015	2016
Ativo Total	979.763	1.022.340	893.057
AH	-17,3%	4,3%	-12,6%
Ativo Circulante	574.283	591.905	472.452
AH	-26,6%	3,1%	-20,2%
AV	58,6%	57,9%	52,9%

Caixa e Equivalentes de Caixa	104.536	60.312	26.708
AH	-62,8%	-42,3%	-55,7%
AV	10,7%	5,9%	3,0%
Aplicações Financeiras	33.632	22.040	2.552
AH	-	-34,5%	-88,4%
AV	3,4%	2,2%	0,3%
Contas a Receber	139.720	192.076	150.197
AH	-13,6%	37,5%	-21,8%
AV	14,3%	18,8%	16,8%
Estoques	200.524	221.861	244.197
AH	-8,1%	10,6%	10,1%
AV	20,5%	21,7%	27,3%
Tributos a Recuperar	23.419	36.546	20.497
AH	-34,6%	56,1%	-43,9%
AV	2,4%	3,6%	2,3%
Despesas Antecipadas	11.533	19.239	23.435
AH	27,3%	66,8%	21,8%
AV	1,2%	1,9%	2,6%
Outros Ativos Circulantes	60.919	39.831	4.866
AH	-20,7%	-34,6%	-87,8%
AV	6,2%	3,9%	0,5%
Ativo Não Circulante	405.480	430.435	420.605
AH	1,0%	6,2%	-2,3%
AV	41,4%	42,1%	47,1%
Ativo Realizável a Longo Prazo	66.807	63.796	57.284
AH	31,5%	-4,5%	-10,2%
AV	6,8%	6,2%	6,4%
Investimentos	13.401	12.004	50.457
AH	-7,9%	-10,4%	320,3%
AV	1,4%	1,2%	5,6%
Imobilizado	257.222	273.189	238.650
AH	-4,2%	6,2%	-12,6%
AV	26,3%	26,7%	26,7%
Intangível	68.050	81.446	74.214
AH	0,7%	19,7%	-8,9%
AV	6,9%	8,0%	8,3%

Passivo Total	979.763	1.022.340	893.057
AH	-17,3%	4,3%	-12,6%
Passivo Circulante	560.708	802.939	385.897
AH	-24,0%	43,2%	-51,9%
AV	57,2%	78,5%	43,2%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.095	33.075	34.645
AH	-15,7%	31,8%	4,7%
AV	2,6%	3,2%	3,9%
Fornecedores	36.321	81.224	128.712
AH	10,1%	123,6%	58,5%
AV	3,7%	7,9%	14,4%
Obrigações Fiscais	17.621	26.562	39.170
AH	-3,6%	50,7%	47,5%
AV	1,8%	2,6%	4,4%
Empréstimos e Financiamentos	274.798	307.546	26.989
AH	-38,4%	11,9%	-91,2%
AV	28,0%	30,1%	3,0%
Adiantamento de recebíveis	25.114	54.589	6.136
AH	-78,3%	117,4%	-88,8%
AV	2,6%	5,3%	0,7%
Saques Cambiais	57.856	191.948	28.065
AH	-	231,8%	-85,4%
AV	5,9%	18,8%	3,1%
Instrumentos Financeiros	23.898	956	543
AH	149,1%	-96,0%	-43,2%
AV	2,4%	0,1%	0,1%
Outras Obrigações	51.243	63.610	70.455
AH	-27,7%	24,1%	10,8%
AV	5,2%	6,2%	7,9%
Provisões	48.762	43.429	51.182
AH	250,9%	-10,9%	17,9%
AV	5,0%	4,2%	5,7%
Passivo Não Circulante	366.940	279.517	679.061
AH	22,1%	-23,8%	142,9%
AV	37,5%	27,3%	76,0%
Empréstimos e Financiamentos	341.719	232.159	641.123
AH	25,1%	-32,1%	176,2%
AV	34,9%	22,7%	71,8%
Outras Obrigações	6.178	5.719	5.572
AH	-34,9%	-7,4%	-2,6%
AV	0,6%	0,6%	0,6%
Tributos Diferidos	9.803	717	15.190
AH	-23,8%	-92,7%	2018,5%
AV	1,0%	0,1%	1,7%

Provisões	9.240	40.922	17.176
AH	80,9%	342,9%	-58,0%
AV	0,9%	4,0%	1,9%
Patrimônio Líquido Consolidado	52.115	- 60.116	- 171.901
AH	-64,3%	-215,4%	185,9%
AV	5,3%	-5,9%	-19,2%
Capital Social Realizado	324.876	364.735	393.977
AH	26,0%	12,3%	8,0%
AV	33,2%	35,7%	44,1%
Reservas de Capital	- 40.996	- 29.295	- 40.832
AH	-44,5%	-28,5%	39,4%
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 317.290	- 566.155	- 668.102
AH	218,4%	78,4%	18,0%
AV	-32,4%	-55,4%	-74,8%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	36.685	31.739	49.736
AH	-2,1%	-13,5%	56,7%
AV	3,7%	3,1%	5,6%
Ajustes Acumulados de Conversão	48.840	138.860	93.320
AH	101,3%	184,3%	-32,8%
AV	5,0%	13,6%	10,4%

(1) A redução 42,3% na conta caixa e equivalentes em 2015 comparado a 2014 foi compensada pelo aumento no contas a receber da Companhia, fazendo com que seu ativo circulante tivesse em leve aumento de 3,1% em 2015 em relação a 2014.

(2) As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R\$ 159,8 milhões de Dez/14. O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R\$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R\$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

(3) A Redução do Caixa e equivalentes de caixa, de 55,7%, bem como das aplicações financeiras, de 88,4%, em 2016 em comparação à 2015 é decorrente da transferência da planta de Porto Alegre para São Leopoldo, bem como da estabilização do novo processo de produção e da implantação do novo sistema ERP SAP.

(4) O aumento na conta investimentos refere-se à reavaliação do terreno de Porto Alegre para 28,9 milhões, conforme demonstrado na nota 14 – Propriedade para Investimento. A mesma reavaliação provocou a elevação da linha de Tributos Diferidos

(5) Os tributos diferidos, por sua vez, tiveram elevação de R\$ 717 mil em 2015 para R\$ 15,2 milhões em 2016 em razão da reavaliação do ativo mencionado no item anterior.

(6) Em 2016, a redução do passivo circulante em 51,9%, para R\$ 385,9 milhões deveu-se à conclusão do processo de reperfilamento de dívida, conforme abaixo:

- Cerca de R\$ 520 milhões em dívida com vencimento no curto prazo migram para o longo prazo.
- Parte da dívida vinculada a Reais passa a estar vinculada a Dólares norte americanos, assim, a dívida vinculada à moeda estrangeira passou de cerca de 70% para, aproximadamente, 86%;
- A 3ª emissão de debêntures foi incluída no reperfilamento da dívida, sendo que 50% de sua composição passa a compor a linha de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, e as 50% remanescentes seguem como debêntures.

(7) Em 31/dez/15, a Companhia passou a operar com Passivo a descoberto de R\$ 60,1 milhões gerado principalmente pelos prejuízos acumulados dos últimos anos, que foi parcialmente compensado pelo aumento de capital homologado em 29/set/2015. Em 2016, apesar dos aumentos de capital decorrentes dos exercícios de bônus de subscrição, os desafios do processo de reestruturação corporativa provocaram a expansão do passivo a descoberto da Companhia para R\$ 171,9 milhões.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2014	2015	2016
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	591.536	823.809	830.273
AH	-26,7%	39,3%	0,8%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	- 450.272	- 581.736	- 637.072
AH	-20,4%	29,2%	9,5%
AV	76,1%	70,6%	76,7%
Resultado Bruto	141.264	242.073	193.201
AH	-41,6%	71,4%	-20,2%

AV	23,9%	29,4%	23,3%
Despesas/Receitas Operacionais	- 234.124	- 303.000	- 291.441
AH	3,7%	29,4%	-3,8%
AV	39,6%	36,8%	35,1%
Resultado Antes do Result. Financ. e dos Trib.	- 92.860	- 60.927	- 98.240
AH	-679,3%	-34,4%	61,2%
AV	-15,7%	-7,4%	-11,8%
Resultado Financeiro	- 92.181	-218.575	- 2.709
AH	25,3%	137,1%	-98,8%
AV	-15,6%	-26,5%	-0,3%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-185.041	-279.502	-100.949
AH	221,4%	51,0%	-63,9%
AV	-31,3%	-33,9%	-12,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	- 381	25.692	- 2.078
AH	-98,3%	-	-108,1%
AV	-0,1%	3,1%	-0,3%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	-185.422	-253.810	-103.027
AH	130,9%	36,9%	-59,4%
AV	-31,3%	-30,8%	-12,4%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-185.422	-253.810	-103.027
AH	130,9%	36,9%	-59,4%
AV	-31,3%	-30,8%	-12,4%

(8) Em 2013, o mercado norte-americano apresentou crescimento tendo em vista as propostas feitas pelo governo Obama com a finalidade de restringir a aquisição de armas. Apesar de tais medidas não terem sido aprovadas no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano fosse às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de armas -, o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013. Diante deste cenário, a concorrência em 2014 foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.

(6) Em 2015, a receita líquida atingiu R\$ 823,8 milhões, aumento de 39,3% frente aos R\$ 591,5 milhões registrados em 2014. Os destaques ficaram por conta da retomada do mercado

americano, que havia se contraído em 2014, e, principalmente, da recuperação de market share da Companhia nesse país, além da taxa de câmbio favorável às exportações.

(9) Em 2016, a receita líquida consolidada registrou R\$830,3 milhões, avanço 0,8% em comparação à 2015. Este crescimento é importante considerando, especialmente, os desafios enfrentados pela Companhia em 2016: (i) a menor produção de armas no primeiro semestre do ano, decorrente do processo de estabilização da nova planta em São Leopoldo, que integrou as operações de Porto Alegre, (ii) a concentração no atendimento ao mercado americano, principalmente nos primeiros meses do ano, beneficiando o ciclo de caixa, que foi um desafio constante em 2016, e (iii) o cenário econômico interno desfavorável, o que prejudicou o segmento de capacetes durante o ano.

(10) As despesas operacionais somaram R\$ 303,0 milhões em 2015, avanço de 29,4% em relação ao apresentado no ano anterior. Já as despesas operacionais ajustadas pelos eventos não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, somaram R\$ 208,9 milhões, praticamente estáveis frente às despesas operacionais ajustadas de 2014. Cabe lembrar que as despesas ajustadas de 2015 ainda incluem atualizações dos valores de provisões, os quais representaram incremento de despesa de aproximadamente R\$ 30,7 milhões, sendo deste valor o montante de R\$ 22,3 milhões relacionado às provisões para causas trabalhistas reconhecidos no segundo semestre de 2015.

(11) Em 2015, o resultado financeiro ficou negativo em R\$ 218,5 milhões, fortemente impactado pela conta de variação cambial que ficou negativa em R\$ 162,8 milhões devido à desvalorização cambial do período. No fechamento de 2015 o Real estava 47,0% mais desvalorizado que o dólar norte americano. Cabe lembrar que a Companhia fechou dezembro de 2015 com cerca de 68% de seu endividamento vinculado à moeda norte americana.

(12) A desvalorização de 16,5% do dólar de fechamento provocou um registro positivo de R\$ 92,7 milhões na linha de Variações Cambiais em 2016, fazendo com que o resultado financeiro

líquido do ano ficasse negativo em apenas R\$ 2,7 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 218,6 milhões em 2015.

(13) Em 2014, a Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram prejuízo de R\$ 185,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 80,3 milhões em 2013. As razões da apresentação deste resultado – aquém do esperado pela Administração da Companhia – foram evidenciadas e detalhadas nos itens anteriores do presente relatório, sendo as principais: (i) forte retração conjuntural do mercado norte-americano de armas, (ii) perda de rentabilidade em função da redução dos volumes e improdutividade, e (iii) provisões registradas face aumento na probabilidade de perda em processos cíveis.

(14) Em 2015, o resultado foi negativo em R\$ 253,8 milhões, impactado, principalmente, pelos itens não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, que somaram R\$ 103,3 milhões; e pelo impacto da conta variação cambial no resultado financeiro, de R\$ 162,8 milhões.

(15) A Companhia registrou um prejuízo de R\$ 103,0 milhões em 2016, ao passo que, em 2015, o prejuízo foi de R\$ 253,8 milhões. O resultado de 2016 reflete o desafio e esforço no processo de reestruturação da Companhia no que tange à integração da planta de produção de armas em São Leopoldo, à estabilização do novo método de produção e à implantação do novo sistema ERP SAP.

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO	2014	2015	2016
Caixa no Início do Período	281.119	104.536	60.312
AH	55,5%	-62,8%	-42,3%
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	51.512	79.189	36.276
AH	-49,4%	53,7%	-54,2%
Prejuízo Antes de IR e CSLL	-185.041	-279.502	-100.949
AH	221,4%	51,0%	-63,9%
AV	-359,2%	-353,0%	-278,3%
Depreciação e Amortização	33.342	35.300	34.241

AH	-5,6%	5,9%	-3,0%
AV	64,7%	44,6%	94,4%
Custo do Ativo Permanente Baixado	3.378	17.999	18.417
AH	-45,0%	432,8%	2,3%
AV	6,6%	22,7%	50,8%
Equivalência Patrimonial	1.142	1.398	1.804
AH	-15,3%	22,4%	29,0%
AV	2,2%	1,8%	5,0%
Provisões	137.234	291.946	59.056
AH	58,0%	112,7%	-79,8%
AV	266,4%	368,7%	162,8%
Variações de Ativos e Passivos	65.693	14.527	16.423
AH	35,3%	-77,9%	13,1%
AV	127,5%	18,3%	45,3%
Pagamento de IRPJ e CSSL	-5.407	-2.610	2.433
AH	-73,1%	-51,7%	-
AV	-10,5%	-3,3%	6,7%
Outros	1.171	131	4.851
AH	4,1%	-88,8%	3603,1%
AV	2,3%	0,2%	13,4%
Atividades de Investimento	-71.185	-25.623	-13.071
AH	152,0%	-64,0%	-49,0%
No Imobilizado	-14.646	-39.717	-47.016
AH	-44,3%	171,2%	18,4%
AV	20,6%	155,0%	359,7%
No Intangível	-1.315	-6.504	-1.677
AH	-33,5%	394,6%	-74,2%
AV	1,8%	25,4%	12,8%
Em Aplicações Financeiras	-55.224	20.598	30.622
AH	-	-137,3%	48,7%
AV	77,6%	-80,4%	-234,3%
Investimentos	0	0	5.000
AH	-	-	-
AV	0,0%	0,0%	-38,3%
Atividades de Financiamento	-156.911	-97.790	-57.627
AH	-683,9%	-37,7%	-41,1%
Empréstimos Tomados	283.465	379.362	721.553
AH	-4,4%	33,8%	90,2%
AV	-180,7%	-387,9%	-1252,1%
Pagamentos de Empréstimos	-450.063	-486.028	-731.815
AH	105,1%	8,0%	50,6%
AV	286,8%	497,0%	1269,9%
Pagamento de Juros sobre os Empréstimos	-57.392	-42.682	-65.070
AH	34,1%	-25,6%	52,5%
AV	36,6%	43,6%	112,9%
Aumento de Capital	67.079	39.859	17.541

AH	-	-40,6%	-56,0%
AV	-42,7%	-40,8%	-30,4%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	11.701	164
AH	-	-	-98,6%
AV	0,0%	-12,0%	-0,3%
Outros	0	-2	0
AH	-	-	-
AV	-	0,0%	-
Aumento (Redução) de Caixa	-176.584	-44.224	-34.422
AH	-276,0%	-75,0%	-22,2%
Caixa no Fim do Período	104.535	60.312	25.890
AH	-62,8%	-42,3%	-57,1%

(16) Em 2014 houve geração negativa de Fluxo de Caixa Livre depois das atividades de investimento e financiamento de R\$ 176,6 milhões, enquanto que em 2013 foi positivo em R\$ 100,3 milhões. Já em 2015, a Companhia apresentou geração de caixa operacional de R\$ 79,2 milhões, aumento de 53,7% em relação a geração de caixa operacional em 2014.

(17) Em abril de 2014, os acionistas da Companhia deliberaram por um aumento de capital via subscrição particular no ambiente da BM&FBOVESPA que, após duas rodadas de sobras, totalizou R\$ 67 milhões.

(18) Na AGE de 29/09/2015 foi homologado o aumento de capital aprovado na AGE de 15/07/2015, no valor de R\$ 39.858.904,40. Em 06/01/16, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$11.701.400,00, decorrente do exercício, pelo acionista Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), de 7.135.000 bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R\$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015. Em 31/12/2015 este valor foi contabilizado como adiantamento para aumento de capital.

(19) Em 2016, a Companhia apresentou geração de caixa operacional de R\$ 36,3 milhões, recuo de 54,2% em relação a geração de caixa operacional em 2015. Já as atividades de investimento

apresentaram desembolso de R\$ 13,1 milhões em 2016, principalmente impactado pelos valores de obras e investimentos realizados na mudança da sede das operações para São Leopoldo e na implantação do novo sistema ERP SAP. Por fim, as atividades de financiamento também apresentaram consumo de caixa em 2016, no valor de R\$ 57,6 milhões, montante inferior aos R\$ 97,8 milhões consumidos em 2015. Assim o caixa e equivalentes de caixa da Companhia apresentou redução de R\$ 34,4 milhões em 2016 contra uma redução de R\$ 44,2 milhões em 2015, fazendo com que o seu saldo final ficasse em R\$ 25,9 milhões em 2016, 57,1% inferior ao saldo de 2015.

(20) Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R\$ 29,2 milhões, os quais foram aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. Contudo, para efeito de fluxo de caixa, dos R\$29,2 milhões aportados, R\$ 11,7 milhões, apesar de terem sido aprovados na RCA de 06/01/2016, ingressaram na Companhia em Dez/15, sendo contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital naquele ano, ficando apenas R\$ 17,5 milhões contabilizados no fluxo de caixa de 2016 como aumento de capital.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), montagem (manual), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. O mercado de exportação figura como o principal do segmento de armas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. As vendas de capacetes são majoritariamente para o mercado interno.

Outros – MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal) para terceiros (Polimetallurgia e Plásticos Ltda.); e produtos plásticos (Taurus Blindagens Ltda.).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Armas

- entre o final de 2012 e início de 2013, o mercado norte-americano foi afetado positivamente por medidas restritivas a aquisição de armas propostas pelo governo Obama. Apesar de tais medidas não terem sido aprovados no Congresso, elas fizeram o cidadão norte-americano ir às compras com maior vigor neste período – com medo de uma possível limitação para aquisição de armas - o que fez com que os níveis de checagens para compras (NICS) chegassem a patamares históricos em 2013. Em 2014, o NICS apresentou queda de 11,6% em relação a 2013, e de 5% em relação a 2012;
- diante deste cenário, a concorrência em 2014 também foi intensificada, fazendo com que descontos e promoções deteriorassem as margens do mercado como um todo. Além deste fator, os grandes distribuidores ainda possuíam estoques elevados, resultando em maior cautela e poder de barganha no momento da compra por parte dos grandes clientes.
- 2015 foi marcado por uma importante recuperação nas vendas nos EUA, registrando incremento de 97,3% em relação a 2014, somando R\$ 542,5 milhões. Este crescimento é bastante significativo, visto que, no período, o índice NICS (*National Instant Background Check System*), estatística do FBI, que permite apurar intenções de compras de armas nos EUA, cresceu apenas 8,8%, representando uma forte recuperação de *market share* da companhia. Além disso, o câmbio do período foi favorável às exportações
- O ano 2016 foi marcado pela transferências das operações de Porto Alegre Para São Leopoldo. Este movimento fez com que o volume de produção ficasse restringido, principalmente nos primeiros meses do ano. Neste cenário, a Companhia optou por concentrar o atendimento ao mercado norte americano devido aos menores prazos de pagamento, dando preferência à geração de caixa, que foi um desafio constante durante todo o ano. O início da operação do novo ERP, assim como a necessidade de

adaptações na operação e no processo de fabricação, também ocasionaram restrições na fabricação do portfólio completo de produtos e mercados desde o início do ano, sendo o mesmo desenvolvido ao longo do segundo semestre do ano, impactando as margens e geração de resultado do exercício. Dessa forma, as vendas de armas nos EUA, em 2016, somam R\$ 577,1 milhões, 6,4% acima do verificado em 2015. As vendas de armas no mercado interno somaram R\$ 93,1 milhões, queda de 6,9% em comparação à 2015. Já as vendas para outros países somaram R\$ 37,1 milhões em 2016, um recuo de 11,5% frente ao acumulado de 2015.

Capacetes

- redução na demanda por capacetes em 2014 quando comparada a 2013 e 2012;
- redução nos preços de venda visando aumento no volume, manutenção do market share e giro nos estoques;
- redução no preço médio dos capacetes também em função do mix vendido; e
- aumento nos custos de mão-de-obra em função dos ajustes salariais acima da inflação aprovados nas unidades fabris.
- 2015 e 2016 foram anos desafiadores para o segmento de capacetes dado o momento adverso da economia brasileira, com elevações constantes nos índices de inflação e desemprego, além de projeções de crescimento negativo para o PIB doméstico. Em 2015 foi realizado um rebalanceamento de produção, quando se reduziu a produção na planta de Mandirituba/PR e aumentou-se a produção na planta de Simões Filho/BA com o objetivo de alcançar maior eficiência tributária.

Outros

- descontinuidade da operação de forjaria para terceiros no final de 2013;
- mix de produtos vendidos em 2014 mais favorável à Companhia em relação a 2013 e 2012.
- Em 2015 e 2016, o segmento impactado negativamente pelos déficits orçamentários dos governos, o que reduziu o número de licitações nestes anos.

Outros fatores geraram impactos relevantes no exercício de 2016 tais como:

- A transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo provocou uma limitação na produção em janeiro e fevereiro de 2016, fazendo com que a Companhia concentrasse o atendimento ao mercado americano;

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

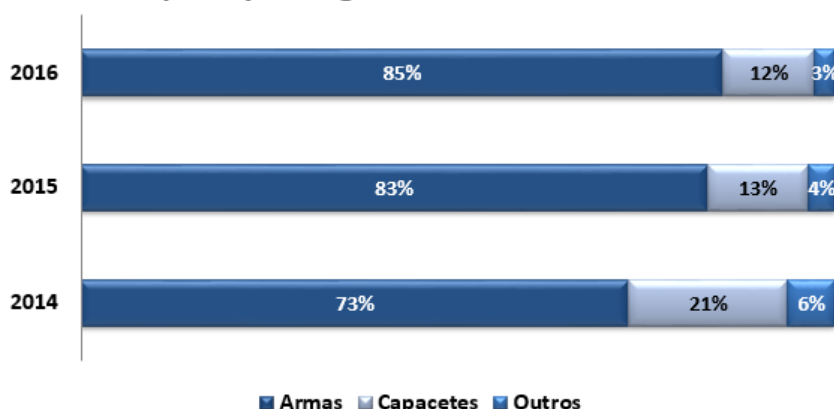
Em 2016, a receita líquida consolidada registrou R\$830,3 milhões, avanço 0,8% em comparação à 2015. Este crescimento é importante considerando, especialmente, os desafios enfrentados pela Companhia em 2016: (i) a menor produção de armas no primeiro semestre do ano, decorrente do processo de estabilização da nova planta em São Leopoldo, que integrou as operações de Porto Alegre, (ii) a concentração no atendimento ao mercado americano, principalmente nos primeiros meses do ano, beneficiando o ciclo de caixa, que foi um desafio constante em 2016, e (iii) o cenário econômico interno desfavorável, o que prejudicou o segmento de capacetes durante o ano.



As exportações cresceram 4,8% em 2016 em relação a 2015, atingindo R\$ 618,7 milhões. Os EUA, principal destino das exportações, tiveram suas vendas incrementadas em 6,2% frente ao ano anterior, fazendo com que a participação do mercado norte americano na receita líquida consolidada crescesse de 66% em 2015 para 70% em 2016. As vendas para outros países somaram R\$ 37,1

milhões no acumulado de 2016, 12,5% inferior ao acumulado de 2015, gerando uma redução na participação nas vendas para outros países, que passou de 6% em 2015 para 5% em 2016. No mercado brasileiro, a receita líquida registrou R\$ 211,6 milhões em 2016, recuo de 9,4% em relação a 2015, impactada principalmente pela contração do segmento de capacetes em razão do ambiente econômico interno adverso. Assim, a participação do mercado brasileiro na receita líquida caiu de 28% em 2015 para 25% em 2016.

Receita Líquida por Segmento



I. Armas

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações deste segmento são realizadas pela Forjas Taurus S.A. em São Leopoldo/RS e *Taurus Holdings, Inc.* nos Estados Unidos.

RECEITA LÍQUIDA Em milhões de R\$	Variação				
	2016	2015	2014	2016/2015	2016/2014
Armas	707,3	684,4	430,0	3,3%	64,5%
Brasil	93,1	100,0	90,3	-6,9%	3,1%
Exportação	614,2	584,4	339,7	5,1%	80,8%
Estados Unidos	577,1	542,5	275,0	6,4%	109,9%
Outros Países	37,1	41,9	64,7	-11,5%	-42,7%

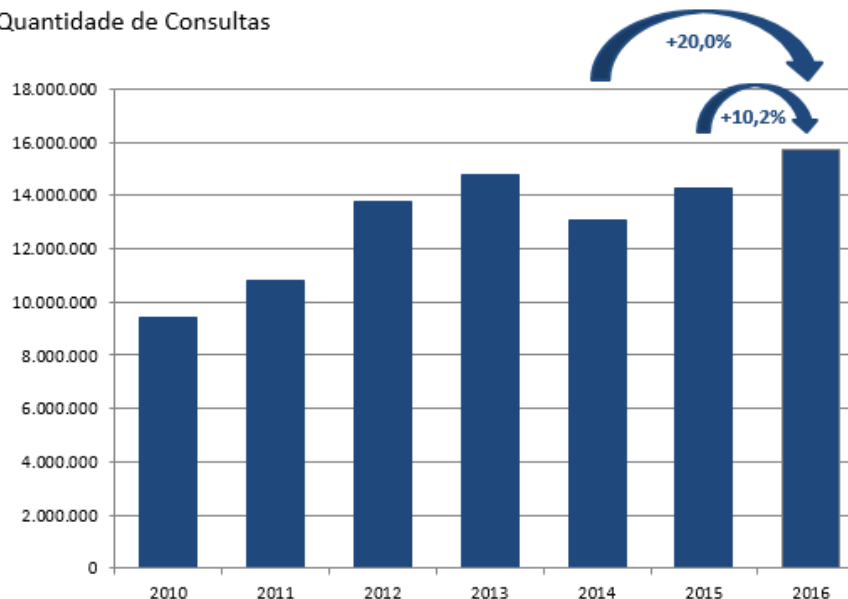
As vendas no mercado interno, em 2016, somaram R\$ 93,1 milhões, queda de 6,9% em comparação à 2015. Esta queda foi resultado da estratégia da Companhia, principalmente nos primeiros meses do ano, de concentrar o atendimento ao mercado norte americano devido aos menores prazos de

pagamento, dando preferência à geração de caixa, que foi um desafio constante durante todo o ano de 2016. O mesmo motivo impactou as vendas para outros países somaram R\$ 37,1 milhões em 2016, um recuo de 11,5% frente ao acumulado de 2015.

As vendas de armas nos EUA, em 2016, somam R\$ 577,1 milhões, 6,4% acima do verificado em 2015. Apesar da priorização de atendimento à este mercado, o crescimento das vendas ficou limitado porque, na estratégia de direcionar os esforços para suportar o caixa, também priorizou-se a produção de armas de maior giro, que, consequentemente, possuem preços mais competitivos. Vale lembrar que a demanda para produtos da Companhia segue bastante aquecida neste mercado, podendo ser verificada na análise do índice NICS (*National Instant Background Check System*), o qual permite apurar intenções de compras de armas nos EUA. Nota-se um crescimento de 10,2% neste índice em 2016 em relação à 2015, superior ao crescimento de vendas da Companhia naquele país no período.

NICS - *National Instant Background Check System*

Quantidade de Consultas



No ano, a margem bruta de armas de 2016 atingiu 20,9%, 8,5p.p. menor do que o registrado em 2015, resultado decorrente da priorização do atendimento do mercado americano, que é um mercado mais competitivo. Ou seja, a estratégia da Companhia, principalmente nos primeiros meses de 2016, foi concentrar seus esforços no suporte ao caixa. Essa estratégia foi adotada haja visto os desafios da transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, do processo de

estabilização da nova planta e do novo processo produtivo e da implantação do novo sistema ERP SAP que necessitaram um grande esforço de caixa da Companhia.

II. Capacetes

O segmento de capacetes é o segundo maior da Companhia, com produção nas unidades Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA, sendo a maior parte da produção destinada ao mercado interno.

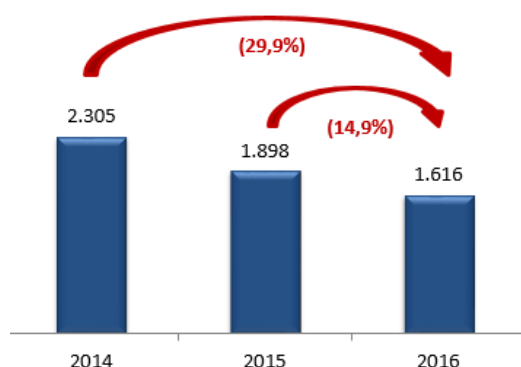
				Variação	
RECEITA LÍQUIDA Em milhões de R\$	2016	2015	2014	2016/2015	2016/2014
Capacetes	100,5	110,5	124,5	-9,1%	-19,3%
Brasil	100,5	110,0	124,2	-8,6%	-19,1%
Exportação	-	0,5	0,3	-	-100,0%

A receita líquida de capacetes em 2016 foi de R\$ 100,5 milhões, 9,1% abaixo dos R\$ 110,5 milhões apresentados no ano anterior. O mercado de capacetes continuou em um momento desafiador, dado o período adverso da economia brasileira em 2016.

Apesar da contração em vendas, importante destacar que o recuo foi menor que a redução do mercado. No gráfico a seguir é possível verificar as vendas físicas de motocicletas, como balizador de mercado, as quais acumularam retração de 21,6% em 2016 comparativamente a 2015, ao passo que as vendas físicas de capacetes da Companhia, registram queda de 14,9% no mesmo período.

Vendas Físicas de Capacetes Taurus

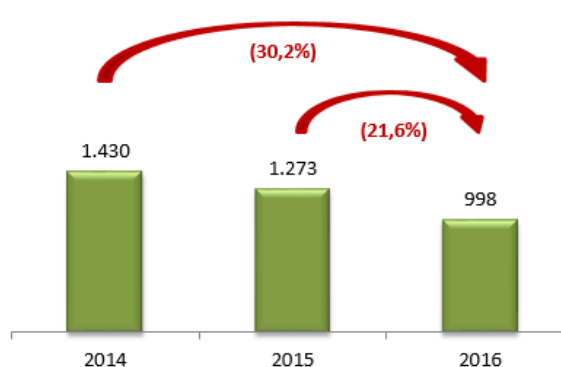
(Quantidade em Milhares)



Fonte: Dados da Companhia

Vendas Físicas de Motocicletas no Brasil

(Quantidade em Milhares)



Fonte: Fenabreve

Apesar do ambiente de mercado desafiador, em 2016, a margem bruta de capacetes registrou 30,0%, praticamente estável em relação à 2015.

III. Outros Produtos

Além de armas e capacetes, a Taurus também possui outros segmentos como a fabricação de *containers* plásticos, bauletos, e peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*). Apenas o M.I.M. é fabricado na unidade da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. em São Leopoldo/RS, todos os outros produtos são produzidos na unidade do Paraná – Taurus Blindagens.

				Variação	
RECEITA LÍQUIDA	2016	2015	2014	2016/2015	2016/2014
Em milhões de R\$					
Outros	22,5	29,0	37,1	-22,4%	-39,4%
Brasil	18,0	23,6	33,0	-23,7%	-45,5%
Exportação	4,5	5,3	4,1	-15,1%	9,8%

Em 2016, a receita deste segmento atingiu R\$ 22,5 milhões, 22,4% inferior aos R\$ 29,0 milhões registrados em 2015. Este movimento também está relacionado ao cenário econômico interno desafiador, além dos déficits orçamentários dos governos, o que reduziu o número de licitações em 2016.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos de hedge cambial, tampouco de hedge de juros. A Companhia possui hedge cambial natural visto que possui cerca de 86% de sua dívida em dólar, ao passo que possui cerca de 75% de suas receitas em moeda norte americana, além de possuir ativos na mesma moeda.

Em 2016, a variação no câmbio impactou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 92,7 milhões, enquanto que em 2015, o impacto foi negativo em R\$ 162,8 milhões. Já os juros, em 2016, impactaram negativamente o resultado em R\$ 75,9 milhões, contra um impacto também negativo em 2015 de R\$ 66,5 milhões. Abaixo a abertura do resultado financeiro da Companhia com estes impactos.

RESULTADO FINANCEIRO

Em milhões de R\$

	2016	2015	2014	2016 x 2015	2016 x 2014
Juros	(75,9)	(66,5)	(49,9)	14,1%	52,1%
Variações Cambiais	92,7	(162,8)	(39,6)	-	-
Swap sobre Operações Financeiras	(8,6)	14,0	(3,4)	-	152,9%
Outras Receitas / Despesas	(10,9)	(4,4)	(2,6)	147,7%	319,2%
Resultado Financeiro Líquido	(2,7)	(219,7)	(95,5)	-98,8%	-97,2%

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos 3 anos não houve introdução ou alienação de segmento operacional

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2016 ocorreu o desinvestimento da participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valor de R\$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Os diretores devem opinar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos últimos 3 anos.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não aplicável.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor.

10.5. Políticas contábeis críticas.

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações

contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

b. Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

b.1 – Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

c. Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2016.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2016.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2016.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8 - Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Perspectivas

Para o segmento de armas, estima-se, em 2017, a manutenção na demanda no mercado norte americano, principal mercado da Companhia. Na medida em que a nova planta em São Leopoldo e o novo processo de produção for ganhando maior estabilidade e robustez será possível operar com um maior nível de produção de forma a incrementar o atendimento à carteira de pedidos daquele país. Ainda, uma maior produção permitirá estruturar um melhor mix de mercado, aumentando o atendimento tanto à outros países como ao próprio mercado doméstico.

No mercado interno, apesar das projeções econômicas para 2017 sinalizarem uma inflação controlada e menores taxas de juros, a perspectiva de crescimento da economia ainda é bastante tímida e os governos ainda tendem a trabalhar com limitações de caixa, o que deve fazer com que as compras governamentais de armas permaneçam limitadas. Este cenário econômico também projeta um ano bastante desafiador para o segmento de capacetes. Dessa forma, 2017 será um período de busca por maior eficiência interna para este segmento visando seu fortalecimento e uma retomada do crescimento no futuro.

Do lado financeiro, a conclusão do reperfilamento de dívida e a perspectiva de aumento da produção, aliada à menor demanda de investimentos, haja visto que já passamos pela fase mais intensa da reestruturação corporativa e deveremos ter um desempenho melhor na geração de caixa neste ano que se inicia. Este é um cenário bastante importante, o qual proporcionará o cumprimento dos compromissos com nossos credores, fornecedores e acionistas, que foram parceiros fundamentais neste ano que passou.

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como limitação de caixa e/ou crédito da Companhia, condições econômicas gerais, condições

da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Os investimentos consolidados realizados em 2016 totalizaram R\$ 48,7, em 2015 somaram R\$46,2 milhões. Já no exercício de 2014 contabilizaram R\$ 16,0 milhões. Para 2017, estão previstos R\$ 28,0 milhões em investimentos, conforme descrição abaixo:

Descrição	Investimentos		Fonte dos recursos	Part. (%)
	R\$ Milhões	USD Milhões*		
Forjas Taurus - Unidade São Leopoldo (RS)				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	5,8	1,7	Próprios	20,7%
Modernização e ampliação da capacidade	1,8	0,5	Próprios	6,4%
Tecnologia da informação	0,2	0,1	Próprios	0,7%
	7,8	2,3		27,9%
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades PR e BA				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	1,4	0,4	Próprios	5,0%
Tecnologia da informação	0,2	0,1	Próprios	0,7%
	1,6	0,5		5,7%
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)				
Modernização e ampliação da capacidade	1,8	0,5	Próprios	6,4%
Tecnologia da informação	0,6	0,2	Próprios	2,1%
	2,4	0,7		8,6%
CAPEX - Forjas Taurus S.A. Consolidado Brasil	11,8	3,5		42,1%
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	13,3	4,0	Próprios	47,5%
Modernização e ampliação da capacidade	2,3	0,7	Próprios	8,2%
Tecnologia da informação	0,6	0,2	Próprios	2,1%
	16,2	4,9		57,9%
CAPEX Forjas Taurus S.A - Consolidado	28,0	8,4		100,0%

* Dolar R\$/USD 3,30

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Não foram realizadas aquisições nos últimos 3 exercícios.

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

Existem novos projetos em andamento no segmento de defesa e segurança, para fabricação de armas curtas e armas táticas, bem como no segmento de capacetes para motociclistas. Em 2015 foram gastos R\$ 144 mil em desenvolvimento de novos produtos, enquanto que em 2016, os gastos atingiram R\$ 1,6 milhão.

10.9. Outros fatores com influência relevante.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

*_*_*

ANEXO C

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

Tendo em vista a apuração de prejuízo de R\$ 103,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não se aplica à propositura de destinação do lucro líquido do exercício.

Com relação ao dividendo obrigatório, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função do prejuízo gerado, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não propõe pagamento de dividendos para o exercício.

Portanto, o Anexo 9-1-II previsto no Art. 9º parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/nº01/2017, não está sendo apresentado.

ANEXO D

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Descrição	Investimentos		Fonte dos recursos	Part. (%)
	R\$ Milhões	USD Milhões*		
Forjas Taurus - Unidade São Leopoldo (RS)				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	5,8	1,7	Próprios	20,7%
Modernização e ampliação da capacidade	1,8	0,5	Próprios	6,4%
Tecnologia da informação	0,2	0,1	Próprios	0,7%
	7,8	2,3		27,9%
Taurus Blindagens Ltda. - Unidades PR e BA				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	1,4	0,4	Próprios	5,0%
Tecnologia da informação	0,2	0,1	Próprios	0,7%
	1,6	0,5		5,7%
Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)				
Modernização e ampliação da capacidade	1,8	0,5	Próprios	6,4%
Tecnologia da informação	0,6	0,2	Próprios	2,1%
	2,4	0,7		8,6%
CAPEX - Forjas Taurus S.A. Consolidado Brasil	11,8	3,5		42,1%
Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)				
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	13,3	4,0	Próprios	47,5%
Modernização e ampliação da capacidade	2,3	0,7	Próprios	8,2%
Tecnologia da informação	0,6	0,2	Próprios	2,1%
	16,2	4,9		57,9%
CAPEX Forjas Taurus S.A - Consolidado	28,0	8,4		100,0%

* Dolar R\$/USD 3,30

ANEXO E

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Conforme Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Seguem abaixo as informações acerca dos candidatos indicados pelo acionista controlador para a composição do Conselho de Administração da Companhia, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da ICVM 480/09.

12.5(a) Nome	FERNANDO JOSÉ SOARES ESTIMA	JORIO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA	FÁBIO LUIZ MUNHOZ MAZZARO	SÉRGIO LAURIMAR FIORAVANTI	MAGNO NEVES FONSECA
12.5 (b) Data de Nascimento	23/09/1965	19/11/1937	22/09/1976	28/02/1962	15/09/1965
12.5(c) Profissão	Administrador	Diplomata	Administrador	Contador	Contador
12.5(d) CPF	438.874.900-10	334.357.077-04	176.046.878-90	363.631.380-00	857.205.187-20
12.5(e) Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração	Presidente do Conselho de Administração	Vice Presidente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	-
12.5(f) Data da eleição	22/12/2015	22/12/2015	22/12/2015	17/03/2017	-
12.5(g) Data de posse	23/12/2015	23/12/2015	23/12/2015	22/03/2017	-
12.5(h) Prazo do mandato	Até a AGO 2017	Até a AGO 2017	Até a AGO 2017	Até a AGO 2017	-
12.5(i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ	Membro do Comitê de Auditoria e Risco	Presidente do Comitê de Auditoria e Risco	-
12.5(j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
12.5(k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência	NÃO	SIM, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatudo Social da Companhia.	NÃO	SIM, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatudo Social da Companhia.	SIM, conforme o parágrafo 2 do Art. 21 do Estatudo Social da Companhia.
12.5(l) número de mandatos consecutivos	4,0	2,0	2,0	1,0	-

12.5(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA
12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas após a posse no cargo	89%	100%	89%	100%	-
12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia	-	-	Membro do Comitê de Auditoria e Risco	Presidente do Comitê de Auditoria e Risco	-
12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo	-	-	100%	100%	-
12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:	NÃO HÁ	NÃO HÁ	Atua como Diretor Administrativo e Financeiro no Controlador desde 2011.	NÃO HÁ	NÃO HÁ

12.5(m)

FERNANDO JOSÉ SOARES ESTIMA

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Bacharel em administração de empresas pela Universidade Anhembi Morumbi/SP; Pós-Graduação em Marketing pela PUC/RS; Presidente da Companhia Estima de Participações (2006-2011); Executivo da El Monasterio S.A. (2002-2006); Diretor Comercial da Montejo Corretora de Seguros (1993-2002); Gerente de Marketing da Santista Têxtil - Grupo Bung y Born (1991-1993).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Atual Diretor da BAVARIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - Porto Alegre – RS (desde 2006). Atual Diretor FÁBRICA DE MOSAICOS DE PELOTAS LTDA. – Pelotas – RS (desde 2007). Atual Integrante do Conselho de Administração da AMCHAM: AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE – PORTO ALEGRE – RS (desde 2013). Atual Integrante do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

JORIO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Instituto Rio Branco; Curso de Economia Cafeeira pela IBC e Curso de Economia, em Nível de Mestrado, pela Universidade McGill, Montreal, Canadá; 1965-1968 – Consulado Geral em Montreal, Terceiro Secretário; 1968-1972 – Embaixada em Praga, Segundo Secretário; 1979-1985 – Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro; 1991-1998 – Missão junto à União Europeia, Bruxelas, Embaixador; 1965-Gabinete Civil da Presidência da República; 1972-1974 – Secretaria de Informações e Transferência de Tecnologia do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, MIC; 1973-1974 – Coordenador do Projeto de Modernização do Sistema Brasileiro de Patentes, INPI/PNUD/OMP; 1974-1979 – Divisão de Produtos de Base do MRE; 1987-1990 – Presidente do Instituto Brasileiro do Café; 1990-1991 – Embaixador Extraordinário para a Negociação da Dívida Externa; 1999-2001 - Presidente Executivo da Companhia Vale do Rio Doce;

2000-2001 - Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas; 2001-2003 - Sócio e Diretor do Grupo Invixx; 2003-2007 - Membro, Conselho Consultivo do Synergy Group; 2004-2007 - Diretor, Conselho de Administração da Rubiales Holdings Limited; 2005-2009 - Presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel; 2003-2006 - Presidente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES); 2003 - Membro da Academia Nacional de Agricultura; 2003-2005 - Coordenador, Câmara de Articulação Estratégica da Federação de Comércio do Estado do Rio de Janeiro; 2006-2008 - Coordenador dos Conselhos de Negócios da Associação Comercial do Rio de Janeiro; 2006-2009 - Membro do Comitê Executivo do Fundo Mundial de Diversidade de Cultivos (Roma, Itália); 2008-2010 - Membro do Conselho de Administração da Ferrous Resources Limited; 2010-2012 - Membro do Conselho de Administração da GDK Engenharia S/A.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Presidente do Conselho de Administração da Goldsea Participações S/A e Presidente do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

FÁBIO LUIZ MUNHOZ MAZZARO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

MBA em e-Business pela Fundação Getúlio Vargas / 2002; Graduado em Administração de Empresas pelo IMES – S.Caetano do Sul / 1997. Atuou na Tellerina S/A (Etna/Vivara) – (Abr/08 – Jan/11) – Empresa de comércio varejista de joalheria e móveis/decorações como Diretor Administrativo Financeiro. Também teve grande experiência na Gradiente Eletrônica S/A – (Dez/05 – Abr/08) – Indústria brasileira eletroeletrônica como Gerente Geral de Controladoria e Finanças (out/07 – abr/08). Gerente Executivo de Controladoria Corporativa (jun/06 a out/07). Business Controller – Unidade Philco (dez/05 a jun/06). Trabalhou na VTC Vitelcom América – (Jan/05 – Dez/05) - Indústria de telefonia celular, parceria entre a Itautech Philco e a espanhola Vitelcom como Gerente de Controladoria.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Atua na CBC como Diretor Administrativo e Financeiro desde Fev/2011. Atual Integrante do Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

SÉRGIO LAURIMAR FIORAVANTI

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Contador, Auditor e Consultor; Especializado em Finanças Empresariais; 28 anos de experiência profissional em auditoria interna e externa; 18 anos de experiência acadêmica; Conselheiro Fiscal Suplente da empresa Tupy S.A, por indicação do BNDESPAR (renovação de indicação pelo quarto ano); Conselheiro fiscal em empresas de diversos segmentos como Ritter Alimentos S.A; Everest hotéis S.A e Azevedo Bento S.A; Professor de graduação e de pós-graduação (MBA- Especialização), atuando nos cursos de Contabilidade, Controladoria e Finanças, Gestão de tributos e Auditoria e Perícia nas seguintes universidades: PUC do Rio Grande do Sul, Unirriter, FACCAT, São Judas e IPA, em especial com disciplinas de I.F.R.S e Gestão de Riscos Corporativos;

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Sócio da empresa de Auditoria e Consultoria Baker Tilly do Brasil SS; Sócio de Auditoria responsável por empresas de capital Aberto e outras empresas, como Tintas Killing, Motrisa, IMEC, Docile, Motormac, Panambra, TMSA, Terramar - holding da Évora, Farmácias São João, Recrusul, Charrua distribuidora de combustíveis, Coopersinos e Elo sistemas;

MAGNO NEVES FONSECA

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

MBA em Finanças Corporativas pela IBMEC-RJ (2008). Graduado em Ciências Contábeis pela Somley (1988). Gestor de Recursos na Adipar Participações – (2010/2014) – Empresa especializada em gestão de recursos. Agente Autônomo de Investimentos na ICAP Brasil – (2009/2010) – Maior corretora de valores do mundo presente em mais de 30 países

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

CEO na MNF Serviços Administrativos e Financeiros (2007/Atual) – Empresa especializada em gestão financeira e administração.

ANEXO F

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Seguem abaixo as informações acerca dos candidatos indicados pelo acionista controlador para a composição do Conselho Fiscal da Companhia, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da ICVM 480/09.

12.5(a) Nome	HAROLDO ZAGO	MAURO CÉSAR MEDEIROS DE MELLO	AMORETI FRANCO GIBBON	HELDO JORGE DOS SANTOS PEREIRA JR.	NILDO TEIXEIRA FREIRE	EDSON PEREIRA RIBEIRO
12.5 (b) Data de Nascimento	10/10/1945	22/03/1949	16/12/1947	01/01/1968	13/11/1951	07/02/1957
12.5(c) Profissão	Administrador	Economista	Contador	Advogado	Contador	Contador
12.5(d) CPF	206.982.758-53	097.687.857-72	070.645.780-34	391.017.545-72	324.026.787-04	406.568.027-15
12.5(e) Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho Fiscal	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal
12.5(f) Data da eleição	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	29/04/2016
12.5(g) Data de posse	12/05/2016	12/05/2016	12/05/2016	-	-	-
12.5(h) Prazo do mandato	ATÉ AGO 2017	ATÉ AGO 2017	ATÉ AGO 2017	ATÉ AGO 2017	ATÉ AGO 2017	ATÉ AGO 2017
12.5(i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.5(j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM
12.5(k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
12.5(l) número de mandatos consecutivos	3	4	6	3	3	3

12.5(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA
12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas após a posse no cargo	86%	100%	100%	N/A	N/A	N/A
12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ

12.5(m)

HAROLDO ZAGO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado em Administração em 1976 pela Faculdade Capital (SP). A sua principal atividade dos últimos 5 anos foi como sócio-diretor na Engecer Ltda., localizada em São Carlos-SP.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Atua nos Conselhos Fiscais de outras companhias como por exemplo: Companhia Brasileira de Cartuchos e BrasilPrev.

MAURO CÉSAR MEDEIROS DE MELLO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ (1973); Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras e DTVM do Rio de Janeiro – 1999/2008; Membro do Conselho do Clube Americano do RJ – 2002/2003; Presidente do Clube Americano do RJ – 2004/2005; Diretor da ANDIMA (2002/2005); Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA – 2003; Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA – 2004; Conselheiro Efetivo da ANCOR – 2006/2009. Realizou a implantação em Angola da CMC-Comissão do Mercado de Capitais e da BVDA-Bolsa de Valores e Derivativos de Angola. Diretor Acionista na Geração Futuro Corretora de Valores (2002 – 2007).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Rio de Janeiro Investimentos: Diretor Acionista – Junho/2009 até a presente data. Consultoria Internacional: Consultor - outubro 2007 até a presente data.

AMORETI FRANCO GIBBON

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Conselheiro Fiscal na Lupatech (2011). Sua principal atividade é fiscalizar os atos da administração da companhia, que fabrica de equipamentos e provém serviços para o setor de Petróleo e Gás.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Desde 2011 ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal na Forjas Taurus S.A., exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante nos setores de Defesa e Segurança, bem como dos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo está vinculada ao Grupo Taurus.

HELDO JORGE DOS SANTOS PEREIRA JR.

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado em Administração de Empresas pela Faculdades Católica de Salvador (1990); Direito pela Faculdade Candido Mendes Centro (RJ) (2007). Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes Ribeiro Centro (RJ) (2009).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Desde Ago/07, sócio responsável pela área de consultoria tributária e empresarial para o escritório Pereira & Maron Advogados Associados (escritório jurídico com especialização em direito tributário e empresarial).

NILDO TEIXEIRA FREIRE

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Asa (USA) em Business Valuation.

Experiência profissional: Arthur Andersen – início em 1975 onde exerceu a função de Sócio-Diretor de Consultoria Fiscal-Financeira. Sócio encarregado da Divisão de Consultoria Fiscal-Financeira da Deloitte Touche Tohmatsu (2002-2010).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

EDSON PEREIRA RIBEIRO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Contador, formado pela Faculdade Celso Lisboa (RJ), com cursos de especialização na área de Auditoria, Controladoria, Gestão de qualidade, Análise Estruturada e Planejamento Estratégico. Experiência como empresário no ramo de locação de veículos com foco em clientes pessoa-física. 35 anos em atividades executivas liderando projetos de reestruturação de negócios, Join Ventures, Incorporações e Fusões. Profunda experiência no planejamento e desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica, planejamento societário e fiscal. Negociação e elaboração de contratos com fornecedores. Possui larga experiência na negociação com fornecedores e regulação de mercado e ações junto à ANP. Atuou como Conselheiro Fiscal na Companhia Brasileira de Cartuchos de 2002 a 2006.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Desde 2006 atua como Diretor na Aurizônia Petróleo S.A./Quantra Petróleo S.A./Potióleo S.A., respondendo pela implantação e gerenciamento dos controles internos e de gestão de caixa, plena gestão administrativa- financeira do negócio. (Planejamento e Gestão do caixa, Pessoal, Sistemas, RH, Relacionamento Comercial, Licitações e regulamento fiscal voltado na área de Petróleo).

Em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, a Companhia vem informar que o acionista não-controlador ZENITH ASSET MANAGEMENT apresentou candidatos para a eleição do Conselho Fiscal. Deste modo, a Companhia proporciona ao mercado a mesma transparência e divulgação dada aos candidatos propostos pelos acionistas controladores por força do art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, conforme recomendado pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017. Seguem abaixo as informações acerca dos candidatos indicados pela ZENITH ASSET MANAGEMENT para a composição do Conselho Fiscal da Companhia, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da ICVM 480/09.

12.5(a) Nome	Rafael de Souza Morsch	Tarso Padua Dutra
12.5 (b) Data Nascimento	27/11/1990	10/12/1950
12.5(c) Profissão	Economista	Economista
12.5(d) CPF	012.184.570-23	137.629.900-34
12.5(e) Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal
12.5(f) Data da eleição	09/08/2016	09/08/2016
12.5(g) Data de posse	11/08/2016	-
12.5(h) Prazo do mandato	ATÉ AGO 2017	ATÉ AGO 2017
12.5(i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.5(j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	NÃO	NÃO
12.5(k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência	N/A	N/A
12.5(l) número de mandatos consecutivos	0	0

12.5(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NADA CONSTA	NADA CONSTA
12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas após a posse no cargo	100%	N/A
12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia	N/A	N/A
12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo	N/A	N/A
12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:	NÃO HÁ	NÃO HÁ

12.5(m)

RAFAEL DE SOUZA MORCSH

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Graduado em Ciências Econômicas pela URGs (2012); Trainee de Analista de Investimentos na Corretora Solidus em 2011 e 2012; Conselheiro Fiscal Suplente da Companhia Tecidos Santanense no exercício de 2015; Conselheiro Fiscal Suplente da Encorpar no exercício de 2014.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Sócio e Diretor de Pesquisa na Zenith Asset Management Ltda desde 2012; Conselheiro Fiscal Efetivo na Companhia Tecidos Santanense S/A no exercício de 2016; Conselheiro Fiscal Efetivo na Forjas Taurus S/A no exercício de 2016; Conselheiro Fiscal Efetivo da Excelsior Alimentos S/A para o exercício de 2017.

TARSO PADUA DUTRA

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Bacharel em Economia pela PUC (1977); Especialista em Finanças pela FAPA (1979); Mestre em Finanças pela UFRGS (2006); Sócio e Diretor da Solidus S/A CCVM entre 1986 e 2011; e Diretor Financeiro Avipal S/A e Elege Alimentos S/A entre 2001 e 2003.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Sócio e Diretor da Zenith Asset Management Ltda desde 2012.

ANEXO G

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2017, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 7.342.243,65 (sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 3.510.000,00 (três milhões, quinhentos e dez mil reais), mais a remuneração variável de até R\$ 2.632.500,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 38.743,65 (trinta e oito mil, setecentos e quarenta e três centavos e sessenta e cinco centavos), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais).

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é

encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, automóvel e seguro de vida.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Esta remuneração equivale à 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2013, 2014, 2015 e previsto para 2016.

Forjas Taurus Realizado 2014

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	58,5%	38,2%	3,3%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2015

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	47,7%	50,1%	2,2%	100,0%

Forjas Taurus Realizado 2016

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	56,2%	43,3%	0,5%	100,0%

Forjas Taurus Previsto 2017

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	51,8%	47,6%	0,6%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**2016/2017**

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

2014/2015

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

Em RCA do dia 28 de março de 2014 ainda foi deliberado que as metas dos gestores para o PPT serão o cumprimento do EBITDA e Caixa Operacional.

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 80% das Metas dispostas anteriormente, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2014.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

- Atingiu 100% = 10 salários, sendo 8 pelo EBITDA e 2 pelo CO
- Acima de 80% até 99,99% = aplica-se o percentual de atingimento x 8 salários (EBITDA) + o percentual de atingimento x 2 salários (CO)
- Abaixo de 80% = ZERO

Se o EBITDA ultrapassar o orçado, o percentual de aumento será dividido por 2 e acrescentado à participação normal. Ex: se o EBITDA ultrapassar em 20% o orçado, será acrescido 10% no valor final do pagamento do gestor.

13.2 – Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	480.000,00	2.925.000,00	487.500,00	3.892.500,00
Benefícios direto e indireto	0,00	38.743,65	0,00	38.743,65
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	585.000,00	97.500,00	778.500,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.193.750,00	0,00	2.193.750,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	438.750,00	0,00	438.750,00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	576.000,00	6.181.243,65	585.000,00	7.342.243,65

Remuneração total - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	3,00	4,7	12,7
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	300.000,00	2.925.000,00	453.221,10	3.678.221,10
Benefícios direto e indireto	0,00	28.366,65	0,00	28.366,65
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	60.000,00	585.000,00	94.250,00	739.250,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.255.002,00	0,00	2.255.002,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	451.000,40	0,00	451.000,40
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	360.000,00	6.244.369,05	547.471,10	7.151.840,15

Remuneração total - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	9,08	3,58	5,00	17,66
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	544.999,99	3.273.804,99	478.651,24	4.297.456,22
Benefícios direto e indireto	0,00	181.821,00	0,00	181.821,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	109.000,00	654.761,00	95.730,25	859.491,24
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.438.597,79	0,00	3.438.597,79
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	687.719,56	0,00	687.719,56
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	653.999,99	8.236.704,34	574.381,49	9.465.085,81

Remuneração total - exercício social encerrado 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7,83	4,00	5,00	16,83
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	1.540.833,33	3.192.000,00	478.200,00	5.211.033,33
Benefícios direto e indireto	0,00	216.324,05	0,00	216.324,05
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	308.166,66	638.400,00	95.640,00	1.042.206,66
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.085.860,00	0,00	2.085.860,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	417.172,00	0,00	417.172,00
Descrição de outras remunerações fixas	Cálculo nº de membros = Jan a Abr = 7 / Mai a Jun = 6 / Jul a Dez = 9 / Média = 7,83 membros	A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	1.848.999,99	6.549.756,05	573.840,00	8.972.596,04

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.632.500,00	-	2.632.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.632.500,00	-	2.632.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Apenas os 3 membros da Diretoria Estatutária possuem remuneração variável.

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	4,7	12,7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.506.002,40	-	4.506.002,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.706.002,40	-	2.706.002,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Apenas os 3 membros da Diretoria Estatutária possuem remuneração variável.

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,08	3,58	5	17,66
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Apenas os 3,58 membros da Diretoria Estatutária possuíam remuneração variável.

Remuneração variável - exercício social encerrado 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,16	4,00	5	17,16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.537.200,00	-	4.537.200,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.537.200,00	-	4.537.200,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.503.032,00	-	2.503.032,00

Obs.: Apenas os 4 membros da Diretoria Estatutária possuíam remuneração variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2016:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	9	-	9	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	141.190	1.125.318	1.266.508	-

Posição em 31 de dezembro de 2015:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.746	2.628.198	2.638.944	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	9.090	181.818	190.908	-

Posição em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	572.247	497.300	1.069.547	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	100.100	2.000.000	2.100.100	-

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Número de Membros	3,00	3,58	4,00	5,00	9,08	7,83	4,67	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (R\$)	1.560.000,00	4.187.913,35	2.756.098,64	60.000,00	60.000,00	640.000,00	97.500,00	114.876,30	114.768,00
Valor da menor remuneração (R\$)	585.000,00	53.334,00	507.129,05	30.000,00	10.000,00	30.000,00	32.500,00	114.876,30	114.768,00
Valor médio da remuneração (R\$)	975.000,00	2.246.417,17	1.637.439,01	50.083,33	72.026,43	236.143,04	95.730,25	114.876,30	114.768,00

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo estendido de acordo com o contrato individual.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social 2016 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	20,0%	15,0%	-	-

Exercício social 2015 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9,2%	4,3%	-	4,4%

Exercício social 2014 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.493.100,00	812.075,34	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	829.475,43	829.273,41	-	1.658.748,84
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2014 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2014 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não aplicável.

ANEXO H

DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Para fins de cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas todos os documentos abaixo listados, que encontram-se consolidados e disponíveis no *website* da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2016;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

*_*_*

ANEXO I**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**

Segue abaixo a alteração proposta no Estatuto Social, bem como justificativa e análise dos efeitos jurídicos e econômicos da alteração, conforme art. 11 da Instrução CVM 481.

Atual Estatuto Social	Proposta de Reforma ao Estatuto Social	Justificativa e Efeitos Jurídicos e Econômicos da Reforma
Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$364.735.299,65 (trezentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos), representado por 40.448.248 (quarenta milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta e oito) ações, sendo 27.446.627 (vinte e sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, um mil, seiscentas e vinte uma) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”	Adequação do Capital Social da Companhia após os exercícios de bônus de subscrição lançados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015.

ANEXO J

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

FORJAS TAURUS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02

NIRE 43 3 0000739 1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Forjas Taurus S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 28 de abril de 2017, às 13:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2017;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2017;
- (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2017; e
- (vii) alterar, em decorrência dos aumentos de capital aprovados em Reunião de Conselho de Administração referentes aos exercícios de bônus de subscrição lançados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 29 de setembro de 2015, do artigo 5º do Estatuto Social, o qual passará a ter a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 404.488.840,61 (quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

Instruções Gerais:

Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 23.03.2017, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).

O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, caso tal deliberação se faça necessária, é de 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada, devendo ser exercido pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, conforme previsto no artigo 141, §1º, da Lei nº 6.404/1976.

Para poder participar da Assembleia, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios

dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 26.04.2017, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos, em atenção à área de relações com investidores (A/C Thiago Piovesan), via fac-símile para o número (51) 3021-3079; por e-mail para ri@taurus.com.br, ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio “A”, CEP 93032-000, São Leopoldo, RS – Brasil.

São Leopoldo, 24 de março de 2017.

Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.